

O papel da mulher na promoção e na expansão das capacitações na infância: o caso do Programa Primeira Infância Melhor (PIM) no Rio Grande do Sul*

Melody de Campos Soares Porsse**

Doutora em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Solange Regina Marin***

Doutora em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Federal do Paraná (UFPR)

Janaina Ottonelli****

Mestra em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

Sirlei Glasenapp*****

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da UFRGS

Resumo

O presente artigo objetiva mostrar a importância do papel da condição de agência da mulher na promoção da educação e do bem-estar das crianças e na redução da pobreza. Para tanto, emprega-se como “background” a Abordagem das Capacitações, desenvolvida por Amartya Sen, para analisar o Programa Primeira Infância Melhor do Estado do Rio Grande do Sul, lançado em 2003, refletindo sobre as suas possíveis contribuições para a expansão das capacitações humanas, sobretudo no que diz respeito ao papel das mulheres na promoção e na expansão das capacitações na infância. O PIM tem como um dos seus alicerces a comunidade e a família, notadamente as mães como agentes cruciais na promoção do desenvolvimento e da saúde das crianças. O argumento do artigo é que o Programa pode contribuir para a expansão das capacitações humanas e para a redução da pobreza, como argumentado pela Abordagem das Capacitações.

* Artigo recebido em nov. 2012 e aceito para publicação em out. 2013.

** E-mail: msporsse@gmail.com

*** E-mail: solremar@yahoo.com.br

**** E-mail: janainaottonelli@gmail.com

***** E-mail: sglasenapp11@gmail.com

Palavras-chave

Programa Primeira Infância Melhor; papel da mulher; Abordagem das Capacitações.

Abstract

This paper aims to show the importance of the role of the agency aspect of women in promoting the education and well-being of children and in the reduction of poverty. For this purpose, it is employed as a background the Capability Approach, developed by Amartya Sen, to analyze the Best Early Childhood Program (MIP) of the state of Rio Grande do Sul, launched in 2003, reflecting on its possible contributions to the expansion of human capabilities, especially with regard the role of women in the promotion and expansion of capabilities in childhood. The PIM has the community and family as its main foundations, especially the mothers as key agents in the promotion of development and health of children. The argument of this paper is that the program can contribute to the expansion of human capabilities and to poverty reduction, as argued by the Capability Approach.

Key words

Young Children Better Program; role of women; Capability Approach.

Classificação JEL: I00; I31.

Introdução

Conceitualmente, a Abordagem das Capacitações, desenvolvida por Sen (1985a, 1985b, 1985c, 1996, 2000, 2001), é uma perspectiva para a análise de problemas sociais, incluindo o bem-estar, tendo sido construída a partir de questionamentos sobre a forma de entender, conceber e medir o bem-estar na tradição utilitarista. Dessa maneira, a Abordagem das Capacitações busca uma superação do conceito tradicional de bem-estar utilitarista, preocupando-se não com os meios que uma pessoa tem, mas com os fins que uma pessoa alcança, ou seja, com as realizações dos indivíduos.

Destacando-se os questionamentos referentes a quem é o sujeito do bem-estar e o que é o bem-estar, o referido autor afasta-se de uma concep-

ção “bem-estarista”, a qual supõe que os únicos feitos morais fundamentais são os que dizem respeito ao bem-estar individual, bem como de uma concepção subjetivista, na qual o bem-estar é identificado com a utilidade em suas três principais interpretações, que são escolha, felicidade e satisfação de desejos (Gamboa; Cortés, 1999).

Para tanto, Sen (1985a, 1985b, 1985c, 1996, 2000, 2001) adiciona à análise de bem-estar a condição de agência dos indivíduos, assim como amplia o espaço informacional de outras perspectivas éticas para os funcionamentos (seres e fazeres) e capacitações (habilidades para funcionar), avaliando-se o bem-estar a partir do modo como as pessoas realmente vivem e das escolhas que as mesmas têm (Comim; Bagolin, 2002; Gasper, 2001).

Segundo Sen (1977, 2002), diferentemente da tradição utilitarista, existe uma diversidade de motivações que conduzem a vida de uma pessoa, além do seu próprio bem-estar.¹ O bem-estar de um indivíduo pode ser identificado com alguma coisa que uma pessoa alcança, ou, ainda, com que tipo de vida essa pessoa está realmente levando e com o que ela realiza em ser e fazer (Jensen, 2001; Sen, 1985a). Já a agência de uma pessoa diz respeito aos objetivos e valores que um indivíduo tem razões para perseguir, os quais vão além do seu próprio bem-estar. Como justificativa, pode-se considerar que as pessoas não são egoístas em todas as suas ações, e, por conseguinte, elas não buscam somente a maximização do seu próprio bem-estar. Além disso, as pessoas vivem em contínua interação, cumprem obrigações morais, culturais e sociais impostas por suas crenças e valores e modificam as suas preferências de acordo com as contingências; então, é totalmente compreensível que elas busquem objetivos distintos do seu próprio bem-estar (Gamboa; Cortés, 1999).

Nesse sentido, procurando distanciar-se de uma concepção que trata o bem-estar individual como o único feito fundamental, Sen (2000, 2001) considera que, afora o bem-estar, existem objetivos e metas e que, além desses, existem valores. Assim, o ser humano deve ser visto de duas diferentes dimensões, que são a de ser agente e a do bem-estar. Ambos são fenômenos distinguíveis, contudo interdependentes, uma vez que a “[...] busca do bem-estar pode ser um dos objetivos importantes de um agente” (Sen, 2001, p. 104).

Na condição de agência, Sen (2000) destaca a importância do papel de agente exercido pelas mulheres, o qual tem um impacto significativo sobre a

¹ Sen (1977) destaca que, se a motivação fosse vista como simplesmente maximização do autointeresse, os indivíduos não passariam de tolos racionais. Sen (2002) salienta o agir motivado pelo comprometimento e não apenas por simpatia.

sobrevivência, o desenvolvimento e o bem-estar das crianças, bem como sobre a sua educação, que, por sua vez, reforça seu papel de agente.

Empregando a abordagem seniana como *background*, o presente artigo objetiva mostrar a importância do papel da condição de agência da mulher na promoção da educação e do bem-estar das crianças e na redução da pobreza. Para isso, analisa-se o Programa Primeira Infância Melhor², uma das mais importantes políticas públicas do Estado do Rio Grande do Sul, lançado em 2003,³ refletindo sobre as suas possíveis contribuições para a expansão das capacitações humanas, sobretudo no que diz respeito ao papel das mulheres na promoção e na expansão das capacitações na infância.

Para alcançar o objetivo proposto, além desta **Introdução**, o trabalho está dividido em três seções. Na primeira, são expostas a Abordagem das Capacitações e a importância da condição de agente da mulher no seu papel de mãe. Em seguida, apresenta-se o PIM, sua estrutura, seu funcionamento e algumas informações.⁴ Por fim, são elaboradas as **Considerações finais**, demonstrando-se como uma política como o PIM pode promover a instrução das mulheres, para que elas possam ser as grandes influenciadoras do desenvolvimento e do bem-estar das crianças, bem como da expansão das capacitações na infância.

1 Abordagem das Capacitações e a condição de agente da mulher no seu papel de mãe

A Abordagem das Capacitações consiste em um amplo modelo normativo para a análise de arranjos sociais, bem-estar, qualidade de vida, padrões de vida, desigualdade, pobreza, justiça e para o desenho e a avaliação de políticas e propostas de mudança social, tendo sido construída a partir de questionamentos da forma de entender, conceber e medir o bem-estar na tradição utilitarista. Dessa forma, busca uma superação do con-

² Sob a liderança da Secretaria Estadual da Saúde e interagindo esforços das Secretarias Estaduais da Educação, da Cultura e da Justiça e Desenvolvimento Social, o PIM reflete, nas suas concepção, implantação e evolução, o reconhecimento da importância e da complexidade do desenvolvimento infantil. Um dos pressupostos do PIM é que o desenvolvimento infantil é um processo complexo, que envolve várias dimensões: a neurológica, a afetiva, a cognitiva e a social (Schneider; Ramires, 2007, p. 50).

³ Para obter mais informações sobre o PIM como política pública, ver Schneider e Ramires (2007).

⁴ Para ter mais detalhes, consultar <<http://www.pim.saude.rs.gov.br>>.

ceito tradicional de bem-estar utilitarista, preocupando-se não com os meios que uma pessoa tem, mas com os fins que uma pessoa alcança, ou seja, com as realizações dos indivíduos.

A Abordagem das Capacitações avalia a habilidade real de uma pessoa para alcançar funcionamentos valiosos como parte de seu viver. Em outros termos, a característica central do bem-estar de um indivíduo é conseguir funcionamentos valiosos (vetor de funcionamentos alcançado, isto é, a realização de uma pessoa), dada a liberdade que ele tem (conjunto de capacitações). O conjunto de capacitações de uma pessoa guia-o em direção a um vetor particular, em um mapa de vários funcionamentos. Assim, o bem-estar, concebido em termos do estado de uma pessoa, é mensurado por um conjunto de oportunidades reais — influenciadas por restrições individuais e sociais — que o indivíduo dispõe para realizar coisas que considera valiosas (Jensen, 2001; Sen, 1996).

A construção analítica de Sen mostra que o bem-estar pode ser avaliado segundo diferentes espaços, dependendo do interesse e da natureza da avaliação. Sen (1985d, 1992) argumenta que o bem-estar da pessoa pode ser avaliado de acordo com, pelo menos, quatro espaços diferentes: realização do bem-estar (*well-being achievement*), liberdade de bem-estar (*well-being freedom*), realização da condição de agente (*agency achievement*) e liberdade da condição de agente (*agency freedom*).⁵ O bem-estar da pessoa pode ser avaliado em relação ao seu próprio bem-estar, que pode ser definido de uma maneira simples (estar alimentado) ou de uma forma mais complexa (aparecer em público sem se sentir envergonhado). Ou, ainda, o bem-estar pode estar relacionado com a condição de agente da pessoa — com a habilidade de perseguir os objetivos que ela valoriza. Nesses dois casos, o bem-estar pode-se referir às realizações de bem-estar ou às da condição de agente, ou à liberdade de bem-estar ou da condição de agente.

A construção analítica de Sen não fica restrita, portanto, à realização ou à liberdade de bem-estar, destacando que a pessoa pode exercer funcionamentos que não estejam estritamente relacionados com seu bem-estar. Sen (1985d, p. 204) diferencia a liberdade de bem-estar, que é a capacitação para exercer funcionamentos particulares referentes ao bem-estar da própria pessoa, da liberdade da condição de agente, que é a capacidade de exercer qualquer coisa que a pessoa decida exercer. A liberdade é relevante para exercitar os funcionamentos importantes para o nosso próprio bem-estar, mas podem-se ter objetivos e valores além do nosso próprio bem-estar (Sen, 1992, p. 56). A condição de agente da pessoa refere-se à efe-

⁵ Essa base informacional plural não pode ser reduzida para uma base monista, sem que se perca algo de importância (Sen, 1985d, p. 208).

tivação de objetivos e valores que ela tem razão de buscar, estejam eles conectados ou não com seu bem-estar.

Sen (1992, p. 56-62) alega que os objetivos de bem-estar e da condição de agente podem conflitar, mas isso não implica que é preciso escolher entre um ou outro. A realização do bem-estar pode diminuir, mas a liberdade de promover os objetivos valorados pode aumentar. Esse autor (Sen, 1985d, p. 207-208) exemplifica com a seguinte situação: um homem afogando-se num rio, em frente ao qual existe um outro homem fazendo piquenique, cria a possibilidade de expansão da condição de liberdade de agente do último, por lhe dar a oportunidade de salvar o que está afogando-se. Porém tal situação pode, também, reduzir o bem-estar (ficando molhado e com frio) e a liberdade de bem-estar (não liberdade de terminar seu lanche em paz) daquele que estava fazendo o piquenique. A relevância dos aspectos de bem-estar e da condição de agente, portanto, pode ser forte em algumas situações e não em outras, mas nenhuma delas precisa ser, mecanicamente, desconsiderada.

Sen (1992, p. 69-72, 1999, cap. 5, 1998, cap. 14) enfatiza a importância do aspecto de bem-estar da pessoa para tratar dos casos de pobreza, entendida como privação de capacitações, de problemas de seguridade social, de remoção da desigualdade econômica bruta, de busca da justiça social e, com maior relevância, de avaliação de políticas públicas. Se o interesse, por exemplo, é avaliar políticas de combate à pobreza extrema, o espaço do aspecto de bem-estar da pessoa será apropriado, porque se procura, nesse caso, verificar apenas como essas políticas afetam (ou expandem) as capacitações básicas das pessoas. Porém, se o interesse é avaliar políticas de alfabetização de mulheres, o espaço adequado é o do aspecto da condição de agente, uma vez que o objetivo é analisar o que a pessoa pode fazer de acordo com sua concepção de bem⁶.

O aspecto da condição de **agente** é importante, então, para avaliar o que a pessoa pode fazer de acordo com a sua concepção de bem e com a sua responsabilidade como agente (Sen, 1985d, p. 205). Porém as análises, geralmente, restringem-se ao aspecto de bem-estar, não apenas em função da dificuldade de caracterização da condição de agente, mas porque a natureza do interesse avaliativo, na maioria dos casos, é verificar apenas mudanças no bem-estar individual.

O termo agente é usado em uma acepção relacionada a indivíduos que agem e ocasionam mudanças, sendo suas realizações julgadas em termos

⁶ Sen utiliza o termo “bem” no sentido de alguém que age e ocasiona mudanças, e cujas realizações podem ser julgadas de acordo com seus próprios valores e objetivos. O estudo de Sen está voltado para o papel da condição de agente da pessoa como membro político e como participante de ações econômicas, sociais e políticas.

de seus próprios objetivos e valores. Enquanto agentes ativos de mudança, as pessoas podem cuidar de si mesmas, influenciar o mundo e ajudar uns aos outros. Uma interessante passagem de Sen (2008) com uma analogia de Gautama Buddha sobre a responsabilidade de uma mãe para com o seu filho ilustra o papel de agência da mãe. Segundo a analogia mencionada, a responsabilidade de uma mãe para com seu filho não decorre de ela ter dado à luz à criança, mas de ela poder fazer coisas que influenciarão a vida do filho que ele, por si só, não seria capaz de fazer. A questão aqui é a razão para a ação da mãe, que não é guiada pelas recompensas da cooperação, mas pelo reconhecimento de que ela pode, assimetricamente, fazer coisas pela criança que, efetivamente, farão uma grande diferença na vida dela.

Além da questão da agência relacionada a motivações outras que não apenas a autointeressada, no aspecto de agente, os indivíduos não são vistos como meros beneficiários passivos de programas de desenvolvimento, mas, sim, como membros de uma sociedade que participam de ações políticas, econômicas e sociais, bem como interagem no mercado, na esfera política e em outras esferas (Gamboa; Cortés, 1999; Jensen, 2001; Sen, 2000).

A condição de agência é vista, por exemplo, no modelo de Ellerman (2000, 2001), como uma sugestão de como seriam (a) a relação entre a agência de desenvolvimento (*the helper*) e os agentes beneficiados (*the doer*) e (b) a consideração das instituições e das tradições das pessoas envolvidas. Ellerman (2001) tem recuperado a ideia de “[...] ajudar as pessoas a se ajudarem”, focando o comportamento e atitudes das instituições de desenvolvimento que conduzem à liberdade de uma pessoa, uma comunidade ou um país na condição de agente no longo prazo, quando eles internalizam o conhecimento que agora é provido pelas instituições externas. Para Ellerman, essa assistência pró autonomia e respeito próprio é conduzida por meio de um método indireto (a la Sócrates).

O objetivo principal da assistência compatível com a autonomia de Ellerman (2001) é o de colocar o agente no assento do condutor na ajuda ativa para si mesmo. Isso se relaciona ao argumento a favor da inclusão, da participação popular, do envolvimento, bem como à suspeita de que apenas os incentivos não são suficientes para garantir uma mudança sustentável de política.

Ellerman (2000) nota que, numa assistência na rota direta, os auxiliares ajudam os agentes, promovendo uma motivação **distorcida** e um conhecimento **administrado**, para conseguir os resultados corretos. Mas, na rota indireta (baseada na autonomia), a assistência dos auxiliares faz os agentes ajudarem a si mesmos, não com a oferta de motivação, mas

talvez com as oportunidades para que eles façam o que já estavam automotivados a fazer. No que se refere à esfera cognitiva (conhecimento), os auxiliadores não entregariam respostas prontas, mas contribuiriam para construir a capacidade de aprendizagem, permitindo que os agentes aprendam com qualquer fonte de conhecimento, num processo de aprendizagem autodirigido (Ellerman, 2001, p.37).

O aspecto de agência de uma pessoa é refletido, portanto, pela sua liberdade. Ter mais liberdade aumenta o seu potencial para realizar mudanças e influenciar nas esferas política, econômica e social, bem como contribui para o fortalecimento de outros tipos de condições de agente, já que um aumento de liberdade também melhora o poder das pessoas para cuidar de si mesmas e ajudar umas às outras (Sen, 2000). Contudo ter mais liberdade para fazer as coisas que se gostaria de fazer não é equivalente a um aumento nas escolhas que se pode ou que se tem que fazer. A expansão de escolhas triviais não necessariamente aumenta a liberdade da pessoa para realizar o tipo de vida preferido (Sen, 2001). Pelo contrário, somente são relevantes os acréscimos das alternativas de escolha que refletem um aumento das escolhas de valor (Comim; Bagolin, 2002).

No que diz respeito às mulheres, quando exercem seu papel na condição de agente, são capazes de auferir maior nível de educação, uma renda independente, encontrar um emprego fora de casa, ter direitos de propriedade e participar das decisões domiciliares. Dessa forma, podem influenciar diretamente a melhora da sobrevivência das crianças e contribuir para a redução das taxas de fecundidade. A participação e as lideranças política, econômica e social das mulheres têm-se mostrado um aspecto crucial do desenvolvimento como liberdade (Sen, 2000).

Ao mesmo tempo, a instrução da mulher reforça sua condição de agente, ajuda a difundir os conhecimentos, de tal forma que também pode influenciar no planejamento familiar, na redução da violência e na promoção do bem-estar social. Balatchandirane (2003) enfatiza o papel da educação no processo do desenvolvimento econômico. Existem claros *links* entre níveis de renda e níveis de educação da população. Educação é o insumo fundamental para a redução da pobreza e para a criação de capacidades e habilidades. Pessoas com acesso à educação têm alto potencial de gerar rendimentos, aumentam a qualidade de vida, podem usar serviços sociais, são menos marginalizadas na sociedade, tornam-se proativas, ganham controle sobre suas vidas, alargam o leque de escolhas disponíveis, participam na governança da comunidade e tornam mais fácil a quebra do círculo da pobreza.

Ademais, a educação da mãe é muito mais benéfica à educação das crianças, quando comparada à educação do pai. A educação da mãe refle-

te-se em maior educação dos filhos, maior cuidado com a saúde dos mesmos, controle do crescimento da população e criação de novas oportunidades econômicas que competem com a gravidez e os cuidados infantis. Mulheres educadas processam melhor as informações e também usam os bens e serviços mais eficientemente. A ênfase na educação feminina pode ser explicada em termos de eficiência econômica e bem-estar social (Balatchandirane, 2003).

Segundo Drèze e Sen (2003), a educação da mulher libera-a da dependência econômica dos homens, leva-a a ganhar independência e acesso à informação e a fazer sua voz ser ouvida na família. Desse modo, a ação política precisa tratar de questões de desigualdade social que podem ser combatidas por meio da redistribuição da educação básica. A alfabetização é uma ferramenta essencial para autodefesa numa sociedade e é também um catalisador de mudança social. Os autores citados exemplificam que uma pessoa analfabeta é, significativamente, menos equipada para participar com sucesso na economia e na sociedade moderna, assim como para se defender em um tribunal, para obter um empréstimo no banco, para fazer cumprir seus direitos de herança, para tirar vantagem de novas tecnologias, para solicitar o Seguro-Desemprego, para fazer parte de uma atividade política e até mesmo para pegar o ônibus certo para ir ao lugar que deseja.

O valor da educação básica pode reduzir desigualdades de classe e de gênero, principalmente quando for usada como ferramenta de afirmação social. A educação possui, portanto, o papel do empoderamento, pois se constitui como o meio mais promissor da mobilidade ascendente de crianças em sociedades em desvantagem econômica e como importante ferramenta de argumentação e defesa dos direitos por líderes sociais. Além disso, uma pessoa com acesso à educação é melhor equipada para superar a vulnerabilidade e a marginalização. No entanto, o papel da educação não só tem recebido pouca atenção dos líderes políticos, mas também tem sido negligenciado por partidos políticos, sindicatos e outros movimentos sociais (Drèze; Sen, 2003).

Nesse contexto, a educação, principalmente a educação das mulheres, é um meio fundamental que concede às pessoas autonomia e poder de escolha (liberdades substantivas e/ou oportunidades efetivas e/ou capacitações e/ou opções valiosas) para decidir seus destinos, “[...] para levar o tipo de vida que elas querem levar” e “[...] para empreender as ações e atividades que elas desejam se engajar [fazer], e ser quem elas querem ser” (Robeyns, 2005, p. 95). Como resultado, gera-se um círculo virtuoso, uma vez que o desenvolvimento e/ou ampliação de liberdades efetivas e de capacitações torna os indivíduos mais confiantes para assumirem responsabi-

lidades e atuarem em caminhos valiosos, isto é, dispondo-lhes a habilidade para exercerem papéis de agência e escolha social (Nussbaum, 2000).

Ressalta-se que, com a contribuição seniana, a discussão da pobreza caminhou para uma ampliação do fenômeno a ser investigada e analisada, no sentido de incluir múltiplas dimensões consideradas relevantes para a caracterização do ser pobre.⁷ Nesse sentido, enquanto um fenômeno multidimensional e complexo, a pobreza significa a negação de oportunidades e escolhas que são básicas para o desenvolvimento humano e para se viver uma vida digna (PNUD, 1997).

De acordo com essa abordagem, a pobreza é vista como privação de capacitações⁸ para funcionar, ou, em outros termos, o ser pobre significa não ter a habilidade para viver uma vida valiosa (Laderchi, 2001). Especificamente, pobreza é definida conforme algumas capacitações básicas que são requeridas para satisfazer certos funcionamentos relevantes, tais como ser adequadamente nutrido, levar uma vida longa, saudável e criativa, ser alfabetizado, ter acesso ao conhecimento e à comunicação, desfrutar de um decente padrão de vida, de liberdade, de dignidade e de autorrespeito. Dessa forma, ser pobre abrange múltiplos aspectos, quantitativos e qualitativos, que incluem insuficiência de renda, de acesso a bens, de educação, de saúde, gênero, origem étnica, circunstâncias familiares, localização geográfica, dentre outros (PNUD, 1997).

A superação da pobreza envolve, portanto, o reconhecimento de que múltiplas dimensões precisam ser promovidas, desde as mais simples, como o acesso à educação, à saúde, à saneamento básico, até as mais complexas, que envolvem a participação na vida da comunidade, exercer os direitos civis e a expansão da liberdade das pessoas para levarem o tipo de vida que valorizam. A educação tem um importante papel na superação da pobreza. Conforme discutido, a instrução da mulher pode promover o desenvolvimento infantil e também influenciar a vida da comunidade onde vive. Desse modo, políticas como a do Programa Primeira Infância Melhor, que visa à assistência de gestantes, mães e crianças, podem ser uma importante ferramenta para promover diferentes funcionamentos desde o início da vida e, assim, ser um meio de reduzir a pobreza.

⁷ Sobre a evolução do conceito de pobreza, ver Codes (2008).

⁸ Os seguintes estudos investigaram a pobreza multidimensional: Barros, Carvalho e Franco (2003), Lopes, Macedo e Machado (2004), Rolim (2005), Santos (2007), Silva e Barros (2006), Marin e Ottonelli (2008), PNUD (1997, 1999, 2000, 2007) e Ottonelli *et al.* (2011).

2 O Programa Primeira Infância Melhor

Implantado em 7 de abril de 2003, o PIM constitui-se em uma das mais importantes políticas públicas do Estado do Rio Grande Sul, com ações voltadas às famílias, sobretudo à melhoria da qualidade de vida de suas crianças, concebida como o resultado de um desenvolvimento integral (físico, psicológico, intelectual e social) e harmonioso. Inspirado no programa cubano Educa a Tu Hijo e adaptado ao contexto e à cultura gaúcha, o Programa tem como objetivo “[...] orientar as famílias, a partir de suas culturas e experiências, para que promovam o desenvolvimento integral de seus filhos de 0 a 6 anos, com ênfase no período de 0 a 3 anos” (Schneider; Ramires, 2007, p. 22) O Programa promove, portanto, a melhoria dos contextos familiares, “com ênfase no desenvolvimento social e na promoção da criança como sujeito de direito” (Almeida *et al.*, 2006a, p. 1-2).

As ações do PIM, abrangendo os campos da saúde, da educação, da assistência social e da cultura, consistem em:

- I - apoiar e fortalecer as competências da família como primeira e mais importante instituição de cuidado e educação da criança nos primeiros anos de vida;
- II - prestar apoio educacional e amparar as crianças para complementar as ações da família e da comunidade;
- III - prestar assistência social às crianças e às famílias beneficiadas por serviços de proteção social básica;
- IV - prestar toda e qualquer orientação às famílias sobre cuidados de saúde da gestante e da criança, em articulação com os programas de saúde da mulher, da criança e da família. (Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul, 2006, p. 1).

Conforme suas ações, o Programa é organizado a partir de políticas intersetoriais e de parcerias entre o Estado, os municípios e as instituições não governamentais por adesão, articulando esforços entre as Secretarias Estaduais de Educação, da Cultura, da Justiça e do Desenvolvimento Social e de Saúde, a qual é a responsável por sua coordenação. A execução do PIM é realizada pelas prefeituras municipais ou pelas organizações não governamentais que aderem ao Programa, apoiadas pelas Coordenadorias Regionais de Saúde (CRSs) e pelas Coordenadorias Regionais de Educação (CREs).

O PIM contempla famílias em situação de vulnerabilidade e risco social com crianças de zero a seis anos e gestantes, cuja renda *per capita* é de meio salário mínimo. Também são priorizadas áreas com índices elevados de mortalidade infantil e com significativo número de crianças que não são atendidas por creches e pré-escolas (Almeida *et al.*, 2006b).

Três eixos sustentam o Programa: a família, a comunidade e a intersectorialidade. O contexto familiar é tratado como o espaço promotor da qualidade de vida na primeira infância. Sendo assim, a família é considerada fundamental no desenvolvimento integral das crianças, especialmente nos seus primeiros anos de vida, no que se refere tanto ao cuidado, à proteção e à educação dispensada às crianças como à construção da subjetividade e à configuração do indivíduo. Além disso, uma parcela significativa da população infantil de zero a seis anos não é assistida por escolas de educação infantil, evidenciando ainda mais a importância da família (Schneider; Ramires, 2007).

A comunidade, vista como um espaço de recursos humanos, materiais e institucionais e de potencialidades, na qual as famílias estão inseridas também é um elemento importante para o PIM. Ela tem o papel de acolher e estimular, de promover valores, costumes, tradições, habilidades e competências, sendo a cultura e os recursos de cada comunidade imprescindíveis para o desenvolvimento integral da primeira infância. Ademais, a comunidade tem potencialidades de divulgação, mobilização e apoio das ações de saúde e educativas voltadas para as crianças, sendo crucial para a evolução do Programa.

A intersectorialidade no PIM pressupõe a complexidade no tratamento dos problemas sociais, articulando os setores, os serviços e as ações em rede concernentes ao atendimento à criança de zero a seis anos, às suas famílias e às gestantes. Nessa rede de ações, cada secretaria tem suas especificidades preservadas, que se complementam na promoção de atividades para atendimento das demandas e das necessidades da população atendida pelo Programa (Drügg; Fontoura, 2008). Por esse motivo, o PIM tornou-se o eixo integrador de políticas públicas no Estado do Rio Grande do Sul.

Ainda com relação à intersectorialidade, a rede é constituída pelas seguintes secretarias: (a) Secretaria Estadual de Saúde, coordenadora do PIM e responsável pelas políticas de saúde (promoção, prevenção e atenção), envolvendo programas como o Saúde da Família, o Viva a Criança⁹ e o de Prevenção da Violência¹⁰; (b) Secretaria Estadual de Educação, que trata dos projetos na área de educação infantil e de formação de educadores, desenvolvendo também o Projeto Escola Aberta Para a Cidadania¹¹; (c) Secretaria Estadual da Cultura, a qual disponibiliza os acervos de suas institui-

⁹ Realiza ações de mapeamento de óbitos infantis e de acompanhamento das mulheres grávidas.

¹⁰ Trata a violência como um problema de saúde pública.

¹¹ Oferece oportunidades às famílias, às crianças e à comunidade de participarem, nos finais de semana, de atividades desportivas, culturais e socioeducativas.

ções, bem como promove capacitações aos Grupos Técnicos Estaduais (GTEs), visitantes e monitores; (d) Secretaria Estadual da Justiça e do Desenvolvimento Social, que coordena a política pública estadual de assistência social; orienta e promove projetos, programas e serviços relacionados com o desenvolvimento infantil; oferece auxílio, nas comunidades, em termos de busca e geração de renda e trabalha na prevenção da violência doméstica e do abuso sexual de crianças.

A partir dessa parceria entre as secretarias na esfera estadual, sob a coordenação da Secretaria Estadual de Saúde, o PIM é executado especialmente pelo Grupo Técnico Estadual e pelos Grupos Técnicos Municipais (GTM), monitores e visitantes. O GTE é um grupo composto por técnicos com formação superior nas áreas de saúde, educação e social, recebendo também o suporte da Organização das Nações Unidas Para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). Esse grupo é responsável pela gestão e pela elaboração de estratégias de implementação do Programa nos municípios, bem como pelo acompanhamento, pela capacitação e pela avaliação do mesmo. O GTM gerencia o PIM no município, sendo integrado por representantes das respectivas secretarias envolvidas. Tem a função de capacitar os visitantes e monitores, acompanhar e desempenhar as ações de implementação do Programa e também de selecionar, a partir das áreas escolhidas por diagnóstico da situação de crianças de zero a seis anos no município, as famílias a serem beneficiadas pelo Programa.

O monitor é um profissional com formação superior que tem a responsabilidade de transmitir e orientar conhecimentos, planejar e acompanhar as ações e assegurar que a metodologia do Programa seja executada pelos visitantes. O visitante é o executor do Programa através de um trabalho domiciliar e semanal com as famílias beneficiadas pelo PIM, no qual sua função é a de planejar e executar atividades de orientação a pais e/ou cuidadores na promoção das potencialidades de seus filhos, por meio de atividades lúdicas e da ênfase em questões de higiene, saúde, vínculos afetivos, coordenação motora e de desenvolvimento da linguagem, visando ao desenvolvimento integral dessas crianças (Almeida *et al.*, 2006b).

No que diz respeito à aplicação do PIM, duas modalidades de atenção (individual e grupal), focadas no desenvolvimento integral das crianças, desde a concepção até os seis anos de vida, complementadas pela abordagem comunitária, constituem a metodologia de trabalho junto às famílias, crianças e gestantes.

A modalidade de atenção individual é dirigida às famílias com crianças de zero a três anos de idade e gestantes, sendo semanal para as crianças e quinzenal para as gestantes e realizada na própria residência para ambas. Esse atendimento é composto por momentos bem definidos. Em um primei-

ro momento, o visitador retoma as atividades anteriores e apresenta as atividades do dia, explicitando seus benefícios para o desenvolvimento da criança e para a dupla mãe-bebê. Posteriormente, as atividades são executadas e, no final, é realizada uma avaliação com relação ao desempenho da criança, são solucionadas dúvidas, bem como são orientadas as atividades a serem desenvolvidas durante a semana. Essas visitas realizam-se com materiais de referência oferecidos pelo Programa, tais como o **Guia de Orientação ao Monitor**, o **Guia das Famílias** e o **Guia da Gestante**. Interagindo com o visitador e através do suporte que ele oferece, as famílias e gestantes “[...] têm acesso a informações e vivências essenciais para o favorecimento dos cuidados e da educação de suas crianças” que, de outro modo, não teriam, dada a condição de vulnerabilidade e risco social que as mesmas se encontram (Schneider; Ramires, 2007, p. 53).

Nas visitas às famílias com crianças de zero a três anos, as mesmas, e, mais especificamente, as mães, recebem orientações dos visitantes sobre formas de estímulo às crianças por meio de condutas e brincadeiras e são incentivadas a identificar as características de seus filhos, suas potencialidades e dificuldades. Além de informações sobre o desenvolvimento das suas crianças, também são trabalhadas com as mães questões referentes à saúde, à alimentação e à higiene, contribuindo para uma infância mais saudável, assim como são dadas informações a respeito dos cuidados que a família deve ter com as crianças, a fim de garantir seu pleno desenvolvimento e melhor qualidade de vida (Hupples *et al.*, 2010).

Como reflexo, de um lado, as mães aprendem a dar mais atenção aos seus filhos, a serem afetivas e carinhosas e a promover o seu cuidado adequado, de outro lado, aumentam-se a capacidade de aprendizado das crianças, sua qualidade de vida e sua saúde, reduzindo as chances de ter problemas de saúde mental.

Ressalta-se que as crianças também são acompanhadas por uma equipe médica, o que contribui para a redução da mortalidade infantil.

A modalidade de atendimento grupal é constituída de atividades lúdicas e recreativas, desenvolvidas em espaços da comunidade, para famílias com crianças de zero a seis anos de idade e gestantes, ocorrendo semanalmente e mensalmente, respectivamente. Essas atividades objetivam, no caso das crianças, promover a interação e a convivência social de acordo com as etapas do desenvolvimento infantil e, no caso das gestantes, oferecer informações sobre amamentação e o parto e promover a troca de experiências e a socialização. Também é composta por três momentos: o da organização da atividade, através da motivação e da orientação dos participantes; o da execução da atividade; e o da avaliação, da retomada e da valorização dos resultados da atividade e da orientação para a sua continuidade.

As atividades em grupo para crianças até seis anos são alternativas para que as mesmas conheçam outras crianças, já que elas não são atendidas por serviços institucionais de educação. Nessas sessões, é ensinada uma atividade à mãe, que, depois, a desenvolve com seus filhos. As crianças socializam, brincam e aprendem a dividir, mantendo o contato com a mãe. Assim, as crianças se tornam-se mais sociáveis e com maior autoconfiança, bem como aprendem a controlar suas emoções.

Na modalidade de atenção grupal para as gestantes, trabalha-se a afetividade entre mãe e bebê e são compartilhadas informações entre as gestantes e visitantes, por meio de momentos de descontração e da realização de trabalhos manuais. As gestantes também recebem acompanhamento completo e cuidados médicos.

É importante ressaltar que, nesse processo de atendimento, a família e a comunidade são protagonistas, agentes ativos e coparticipativos, essenciais na promoção do desenvolvimento e da saúde de seus filhos. As famílias e a comunidade constroem em conjunto com as equipes do Programa, “[...] na medida em que a sua participação, contribuição, demandas e *feedbacks* são elementos centrais na sua implementação” (Schneider; Ramires, 2007, p. 53). Ao mesmo tempo, o Programa afeta toda a família, tornando-a mais unida, e a comunidade, fortalecendo-a.

Assim, trabalhando com as famílias e as comunidades, o PIM garante o atendimento das necessidades essenciais das crianças:

- A necessidade de relacionamentos estáveis e contínuos;
- A necessidade de proteção física, segurança e de regras;
- A necessidade de experiências que respeitem as diferenças individuais;
- A necessidade de experiências adequadas ao desenvolvimento;
- A necessidade do estabelecimento de limites, organização e expectativas;
- A necessidade de comunidades estáveis, amparadoras e de continuidade cultural (Brazelton; Greenspan, 2002 *apud* Schneider; Ramires, 2007, p. 64).

Enfatiza-se que, no início da implantação do PIM, em 2003, 51 municípios foram habilitados, 75 visitantes atenderam a 1.875 famílias, 225 gestantes e 2.775 crianças. Em 2013, são 254 municípios das 19 Coordenadorias Regionais de Saúde com o PIM implementado, contando com o trabalho de 2.390 visitantes. No total, 47.800 famílias, 7.170 gestantes e 52.580 crianças são beneficiadas pelo Programa.¹² Percebe-se um aumento significativo da implementação do Programa, que já atingiu mais de 50% dos municípios gaúchos.

¹² Dados disponíveis no site do PIM, em fevereiro de 2013.

Em suma, a metodologia do PIM pressupõe a promoção e o desenvolvimento das potencialidades das crianças através da participação dos pais e/ou cuidadores. Nesse contexto, o PIM, por meio dos visitadores, orienta as famílias e gestantes e possibilita o acesso ao conhecimento e a experiências, para que possam realizar ações educativas que promovam o desenvolvimento integral de suas crianças. Destaca-se que o maior envolvimento nesse desenvolvimento da criança é da mãe, já que a maioria delas não trabalha fora e fica em casa cuidando dos seus filhos e dos afazeres domésticos.

Dessa maneira, o Programa trabalha, diretamente e mais especificamente, com as mães, possibilitando os efeitos do que lhes é ensinado no desenvolvimento de seus filhos. Como discutido na seção anterior, segundo a Abordagem das Capacitações, quando as mulheres têm acesso à informação, via educação ou por meio de programas assistenciais como o PIM, elas podem ser vistas como agentes ativos de suas vidas e das pessoas próximas. Ao terem conhecimento e ganho de poder, conseguem evitar gravidez indesejada, ao saber usar métodos contraceptivos, reduzir taxas de mortalidade infantil, ao aumentar cuidados com higiene e alimentação adequadas às crianças, auxiliar no desenvolvimento intelectual das crianças, ao darem maior atenção, carinho e incentivo para a aprendizagem. O papel exercido pelas mães é de suma importância para o desenvolvimento e a segurança das crianças.

Conforme Porsse *et al.* (2012), é possível identificar alguns funcionamentos que as ações do PIM podem promover com vistas a melhorar o desenvolvimento infantil, ao assistir e auxiliar gestantes e mães, relacionados à vida de ambos: mulheres e crianças. Dada uma lista de 12 funcionamentos estabelecida por Marin e Ottonelli (2008), que visou ao estudo da pobreza multidimensional no Município de Palmeira das Missões-RS por meio de entrevista com mulheres participantes do PIM, as autoras puderam identificar que as ações do PIM promovem sete funcionamentos.

O enfoque das ações do PIM está no funcionamento “Ter filhos protegidos”, identificado em todas as quatro ações promovidas. Três ações destacam os funcionamentos “Ter acesso ao conhecimento” e “Ter perspectiva para o futuro”. Duas ações destacam os funcionamentos “Ter um bom relacionamento familiar” e “Participar da vida da comunidade”. Por fim, são citados uma vez os funcionamentos “Ter boa saúde” e “Ter disponibilidade de recursos” (Porsse *et al.*, 2012).

O Programa promove principalmente funcionamentos relacionados à educação, à saúde, a aspectos dos relacionamentos familiar e comunitário e à disponibilidade de recursos. Não são apenas as crianças e as mulheres as beneficiadas dessa política, mas a comunidade como um todo, quando par-

ticipa de tais ações. As mulheres são, inicialmente, assistidas para serem ensinadas e auxiliadas nos cuidados com a gravidez e com as crianças. As crianças têm seu desenvolvimento estimulado, podendo estar livres de doenças evitáveis e crescerem saudáveis, por terem recebido aleitamento materno e por serem estimuladas, desde cedo, com jogos e brincadeiras que as aproximam da mãe. Passada a idade de participação no Programa, as crianças podem ter mais vontade de participar das atividades e de permanecer na escola. A socialização das atividades aproxima as mulheres, que podem passar a dividir conhecimentos com relação à criação dos filhos e também a discutir outros assuntos relacionados à comunidade, como educação, saúde, saneamento básico, habitação e, na falta ou descaso com algum, podem até se articular para exigirem melhorias e acesso a tais questões.

3 Considerações finais

O PIM constitui-se numa importante política de assistência às gestantes e mães, de forma a promover a sua instrução com relação aos cuidados necessários com higiene, alimentação e educação na infância. Promove funcionamentos, como proteção dos filhos, acesso ao conhecimento, perspectiva para o futuro, bom relacionamento familiar e participação na comunidade. Como os visitantes do Programa fazem o acompanhamento dos assistidos nos bairros onde residem e, até mesmo, nas residências, fica assegurada a sua efetiva participação, uma vez que mães e crianças não precisam deslocar-se para terem acesso.

Orientadas pelo PIM, as gestantes são acompanhadas e instruídas sobre as fases da gestação, os cuidados necessários para assegurar a saúde do bebê e a importância da amamentação. Nessa fase, as mulheres já são estimuladas a terem cuidados com as crianças e a criarem vínculos afetivos. Quando as crianças nascem, os visitantes do Programa fazem visitas semanais, de forma a assistir o desenvolvimento, instruir as mães sobre os cuidados com higiene e alimentação e ensinar também técnicas de incentivo ao desenvolvimento intelectual por meio da confecção de brinquedos, estimulando, assim, a atenção das mães para a educação dos filhos. Ou seja, ajudam as mães a se ajudarem no cuidado com os filhos.

Os estímulos dados à criança desde o início da vida refletem-se nos seus próximos anos e ampliam a perspectiva para o futuro das mães em relação aos seus filhos, criando vínculos familiares, aumentando suas possibilidades de serem bem-sucedidas na escola, de terem capacidade de ganhos futuros no mercado de trabalho e de contribuírem efetivamente para

a sociedade. Com isso, reduz-se a evasão escolar e aumentam-se as possibilidades de a criança terminar o ensino básico.

Em termos gerais, o PIM, trabalhando diretamente com as mães para gerar os efeitos sobre o desenvolvimento dos seus filhos, oferece e/ou amplia oportunidades para que as mesmas, as crianças, a família e a comunidade como um todo alcancem as suas realizações, sendo a “educação” a impulsionadora das transformações possibilitadas pelo Programa. Com o apoio, o fortalecimento, a potencialização, as orientações, as informações, a assistência com relação às questões de educação, saúde, nutrição, desenvolvimento e cuidado com os filhos, as famílias, e, especialmente, as mães, são habilitadas a exercerem sua condição de agentes para mudarem sua visão de mundo, atuarem em caminhos valiosos, moldarem seu próprio destino, influenciarem o mundo e ajudarem uns aos outros, ampliando seu papel de agência e contribuindo, assim, para o rompimento do ciclo de pobreza em que essas famílias atendidas pelo PIM se encontram.

Ademais, o Programa tem como um dos seus alicerces fundamentais o protagonismo, tornando a comunidade e a família, notadamente as mães, os agentes cruciais na promoção do desenvolvimento e da saúde de suas crianças. Nesse sentido, esse papel dado às mulheres no Programa, tal como argumentado pela Abordagem das Capacitações, contribui para a promoção e a expansão das capacidades humanas e, conseqüentemente, para a redução da pobreza.

Referências

ALMEIDA, L. M. de *et al.* A primeira infância como eixo integrador de políticas públicas. Módulo I: a importância da promoção do desenvolvimento infantil para uma vida saudável e feliz: da concepção aos dois anos de vida. In: ENCONTRO NACIONAL DE ALEITAMENTO MATERNO, 9., 2006, Porto Alegre. **Anais eletrônicos...** 2006a. Disponível em: <<http://www.pim.saude.rs.gov.br>>. Acesso em: 1º ago. 2008.

ALMEIDA, L. M. *et al.* A primeira infância como eixo integrador de políticas públicas. Módulo II: construindo uma ação integradora e de transformação na Primeira Infância. In: ENCONTRO NACIONAL DE ALEITAMENTO MATERNO, 9., 2006, Porto Alegre. **Anais eletrônicos...** 2006b. Disponível em: <<http://www.pim.saude.rs.gov.br>>. Acesso em: 1º ago. 2008.

ALMEIDA, L. M. *et al.* PIM — uma política de saúde pública inovadora para a primeira infância no Rio Grande do Sul. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE O BEBÊ: OS CUIDADOS NO INÍCIO DA VIDA, 4., 2006, São Paulo. **Anais eletrônicos...** 2006c. Disponível em:

<<http://www.pim.saude.rs.gov.br>>. Acesso em: 1º ago. 2008.

ANAND, S.; SEN, A. K. Concepts of human development and poverty: a multidimensional perspective. **Human Development Papers**, New York, 1997, p. 1-19, 1997.

BALATCHANDIRANE, G. Gender discrimination in education and economic development: a study of South Korea, China and India. **International Studies**, [S. l.], n. 40, p. 349-378, 2003.

BARROS, R. P. de; CARVALHO, M. de; FRANCO, S. **O Índice de Desenvolvimento Familiar (IDF)**. Brasília, D. F.: IPEA, 2003. (Texto Para Discussão, n. 986).

CODES, A. L. M. L. **A trajetória do pensamento científico sobre pobreza:** em direção a uma visão complexa. Brasília, D. F.: IPEA, 2008. (Texto Para Discussão, n. 1332).

COMIM, F.; BAGOLIN, I. P. Aspectos qualitativos da pobreza no Rio Grande do Sul. In: ENCONTRO DE ECONOMIA GAÚCHA, 1., 2002, Porto Alegre. **Anais eletrônicos...** Porto Alegre: FEE, 2002. Disponível em: <http://www.fee.rs.gov.br/sitefee/download/eeg/1/mesa_4_comim_bagolin.pdf>. Acesso em: 5 maio 2007.

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre: Corag, 4 jul. 2006.

DRÈZE, J.; SEN, A. K. Basic education as a political issue. In: TILAK, J. B. G. (Ed.). **Education, society and development**. New Delhi: NIEPA, 2003. p. 3-48.

DRÜGG, C. V.; FONTOURA, K. M. R. **Intersectorialidade na prática:** Programa Primeira Infância Melhor. [S. l.: s. n.], 2008. Disponível em: <<http://www.pim.saude.rs.gov.br>>. Acesso em: 1º ago. 2008.

ELLERMAN, D. **Helping people help themselves:** towards a theory of autonomy-compatible help. Washington, D. C.: World Bank, 2001. (World Bank Policy Research Papers, n. 2693).

ELLERMAN, D. **The indirect approach**. Washington, D. C.: World Bank, 2000. (World Bank Policy Research Papers, n. 2417).

GAMBOA, L. F.; CORTÉS, D. **Una discusión en torno al concepto de bienestar**. Bogotá: Universidad del Rosario, 1999. (Série Documentos: Borradores de Investigación). Disponível em: <<http://www.geocities.com/wallstreet/floor/9680/nobel.htm>>. Acesso em: 10 dez. 2002.

GASPER, D. Is the capability approach an adequate basis for considering human development? In: CONFERENCE ON JUSTICE AND POVERTY, 2001, Cambridge. **Examining Sen's Capability Approach**. Cambridge: [s. n.], 2001. Disponível em: <<http://www.st-edmunds.cam.ac.uk/vhi>>. Acesso em: 1º dez. 2002.

HUPPES, I. *et al.* **Compreendendo o Programa Primeira Infância Melhor no Município de Selbach/RS**. Porto Alegre: PIM, 2010. Disponível em: <<http://www.pim.saude.rs.gov.br>>. Acesso em: 31 out. 2010.

JENSEN, H. E. Amartya Sen as a smithesquely worldly philosopher: or who needs Sen when we have Smith. In: CONFERENCE ON JUSTICE AND POVERTY, 2001, Cambridge. **Examining Sen's Capability Approach**. Cambridge: [s. n.], 2001. Disponível em: <<http://www.st-edmunds.cam.ac.uk/vhi>>. Acesso em: 1º dez. 2002.

LADERCHI, C. R. Do concepts matter? An empirical investigation of the differences between a capability and a monetary assessment of poverty. In: CONFERENCE ON JUSTICE AND POVERTY, 2001, Cambridge. **Examining Sen's Capability Approach**. Cambridge: [s. n.], 2001. Disponível em: <<http://www.st-edmunds.cam.ac.uk/vhi>>. Acesso em: 1º dez. 2002.

LOPES, H. M.; MACEDO, P. B. R.; MACHADO, A. F. Análise multidimensional de pobreza para as meso e microrregiões de Minas Gerais. In: SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, 11., 2004, Diamantina. **Anais...** [Belo Horizonte]: Cedeplar, 2004. p. 1-26.

MARIN, S. R.; OTTONELLI, J. Medida multidimensional de pobreza: um exercício em Palmeira das Missões-RS. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 13, n. 3, p. 241-265, set./dez. 2008.

NUSSBAUM, M. C. **Women and human development: the capabilities approach**. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

OTTONELLI, J. *et al.* A importância das medidas multidimensionais de pobreza para a administração pública: um exercício em Palmeira das Missões (RS). **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 3, p. 837-859, 2011.

PORSSE, M. C. S. *et al.* O Programa Primeira Infância Melhor no Rio Grande do Sul: uma avaliação à luz da abordagem das capacitações. **Revista Estudos do CEPE**, Santa Cruz do Sul, n. 35, p. 286-316, jan./jun. 2012.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Human Development Report 1997**: human development to eradicate poverty. New York: Oxford University Press, 1997.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Human Development Report 1999**: globalization with a human face. New York: Oxford University Press, 1999.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Human Development Report 2000**: human rights and human development — for freedom and solidarity. New York: Oxford University Press, 2000.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Human Development Report 2007/2008**: fighting climate change — human solidarity in a divided world. New York: Oxford University Press, 2007.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Saúde. **Coordenadoria Regional de Saúde-RS (CRS)**. 2012a. Disponível em: <<http://www.saude.rs.gov.br/wsa/portal/index.jsp?menu=servicos&cod=13253>>. Acesso em: 12 mar. 2012.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Saúde. **Programa Primeira Infância Melhor**. 2012b. Disponível em: <http://www.pim.saude.rs.gov.br/a_PIM/php/index.php>. Acesso em: 13 mar. 2012.

ROBEYNS, I. Sen's capability approach and gender inequality. In: CONFERENCE ON PROMOTING WOMEN'S CAPABILITIES, 2002, Cambridge. **Examining Nussbaum's capabilities approach**. Cambridge: [s. n.], 2002. Disponível em: <<http://www.st-edmunds.cam.ac.uk/vhi>>. Acesso em: 1º dez. 2002.

ROBEYNS, I. The capability approach: a theoretical survey. **Journal of Human Development**, [S. l.], v. 6, n. 1, p. 93-114, 2005.

ROLIM, C. **Um índice de pobreza humana municipal para o Brasil**. Curitiba: CMDE/UFPR, 2005. (Texto para discussão, 17/2005).

SANTOS, L. M. **Pobreza como privação de liberdade**: um estudo de caso na favela do Vidigal no Rio de Janeiro. 2007. 191f. Dissertação (Mestrado)—Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

SCHNEIDER, A.; RAMIRES, V. R. **Primeira infância melhor**: uma inovação em política pública. Brasília, D. F.: UNESCO; Secretaria de Saúde do Estado do Rio Grande do Sul, 2007.

SEN, A. K. Capability and well-being. In: NUSSBAUM, M.; SEN, A. (Ed.). **The quality of life**. Oxford: Oxford University Press, 1993. p. 30-53.

SEN, A. K. Capacidad y bienestar. In: NUSSBAUM, M. C.; SEN, A. K. (Org.). **La calidad de vida**. México: Fondo de Cultura Económica, 1996. p. 54-83.

SEN, A. K. **Commodities and capabilities**. Amsterdam: North Holland, 1985a.

SEN, A. K. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SEN, A. K. **Desigualdade reexaminada**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SEN, A. K. **Development as freedom**. New York: Anchor Books, 1999.

SEN, A. K. **Inequality reexamined**. New York: Harvard University Press, 1992.

SEN, A. K. Rational fools: a critique of the Behavioral Foundations of Economic Theory. **Philosophy and Public Affairs**, [S. l.], v. 6, n. 2, p. 317-344, 1977.

SEN, A. K. **Rationality and freedom**. Cambridge: The Belknap Press of Harvard University Press, 2002.

SEN, A. K. **Resources, values and development**. Cambridge: Harvard University Press, 1998.

SEN, A. K. The idea of Justice. **Journal of Human Development**, [S. l.], v. 9, n. 3, p. 331-342, 2008.

SEN, A. K. The standard of living: lecture I, concepts and critiques. In: SEN, A. K. **The standard of living**: the Tanner lectures. Cambridge: Cambridge University Press, 1985b. p. 3-27.

SEN, A. K. The standard of living: lecture II, lives and capabilities. In: SEN, A. K. **The standard of living**: the Tanner lectures. Cambridge: Cambridge University Press, 1985c. p. 27-51.

SEN, A. K. Well-Being, agency and freedom (the Dewey Lectures, 1984). **The Journal of Philosophy**, New York, v. 82, n. 4, p. 169-221, 1985d.

SEN, A. K.; FOSTER, J. **On economic inequality**. New York: Oxford University Press, 1997.

SILVA, M. de C. P. da; BARROS, R. P. de. Pobreza multidimensional no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 34., 2006, Salvador. **Anais...** Salvador: Anpec, 2006. Disponível: <http://www.anpec.org.br/encontro_2006.htm>. Acesso: 10 de jul. 2007.

